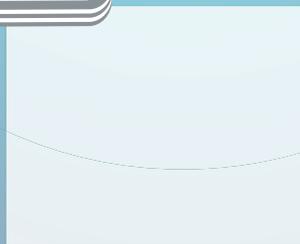


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





TCE nega recurso de empresa acusada de superfaturamento em obras do Credeq



Divulgação

Dirigentes da antiga Agetop deverão responder pelo superfaturamento das obras do Credeq Prof. Jamil Issy

Na unidade situada em Aparecida de Goiânia, o valor a mais superou os R\$ 3 milhões

Bia Mendes
jornalismo@diariodoparecida.com

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) negou o recurso apresentado pela empresa Sobrado Construção Ltda, uma das construtoras responsáveis pelas obras dos Centros de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeqs) em Goiás, em relação ao superfaturamento identificado na construção.

O Acórdão nº 689/2019, referente aos embargos de declaração e tendo como objeto o Acórdão nº 192/2019, foi publicado na última

sexta-feira, 12, relatado pelo conselheiro Saulo Marques Mesquita. No recurso, a empresa alegou que houve omissão ou obscuridade na decisão - proferida em 13 de fevereiro.

"Acorda o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, pelos votos dos integrantes do seu Tribunal Pleno, ante as razões expostas pelo Relator, em conhecer dos presentes Embargos e, no mérito, negar-lhes provimento", destacou o documento que negou o recurso à empresa.

De acordo com o relator do proces-

so, a análise técnica do TCE destaca que "não há, com efeito, omissão ensejadora de violação ao devido processo legal, pois a defesa foi devidamente considerada por ocasião do convencimento do relator. Tampouco há de se falar em generalização de condutas, uma vez que a responsabilidade da embargante foi devidamente individualizada", destacou Saulo. A respeito da solicitação da Sobrado Construções para desmembramento do processo para apreciação em separado, visto que outras empresas também foram contratadas para realizar as obras dos Credeqs, ainda será avaliada pelo conselheiro relator.

Superfaturamento

Na unidade do Credeq Prof. Jamil Issy, em Aparecida de Goiânia, o superfaturamento apontado pelo TCE em sua construção foi de R\$ 3,7 milhões, além de R\$ 333 mil medidos irregularmente e convertidos em superfaturamento. Os dirigentes da antiga Agência de Transportes e Obras (Agetop), hoje renomeada como Goinfra, serão responsabilizados pelas irregularidades.

Conforme o TCE, para que os valores superfaturados nas obras sejam ressarcidos aos cofres públicos, a Goinfra deverá reduzir, com aditivos e glosas, os pagamentos a mais feitos pelo Estado. Além do Credeq em

Aparecida de Goiânia, foi identificado superfaturamento nas obras em Caldas Novas e Morrinhos.

Entenda

A área técnica do TCE tem realizado auditorias em diversas áreas do poder público, a pedido da nova gestão do governo de Goiás. Assim, identificou, em relação à construção dos Credeqs, irregularidades configuradas em superfaturamento. Em fevereiro, o tribunal realizou julgamento ao processo que apontou as irregularidades nas unidades dos Credeqs. A Gerência de Fiscalização encontrou preços pontualmente contratados acima daqueles praticados no mercado, além de diversos er-

ros relativos a quantitativos de serviços em itens variados e falhas nos mecanismos de controle interno da Agetop, o que acarretou na prática de atos de gestão antieconômicos.

Para reaver o dinheiro público, o TCE estabeleceu na decisão a tomada de contas especial, que é um processo administrativo devidamente formalizado, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e, assim, obter o respectivo ressarcimento, conforme definição do Tribunal de Contas da União (TCU).



Roller: Governo busca solução para programa Goiás na Frente

HELTON LENINE

O secretário do Governo, Ernesto Roller, revelou que a solução para o Goiás na Frente está próxima ao anunciar a publicação de decreto do governo que irá normatizar o programa. “Não há como dar continuidade ao programa por falta de disponibilidade financeira do governo, e nós precisamos resolver esse passivo processual. O Goiás na Frente é uma questão complexa que nós submetemos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para que nos apontassem as soluções de natureza jurídico-normativa, a fim de evitar que haja problemas de natureza administrativa para os prefeitos, como problemas com prestação de contas”

De acordo com o secretário, o levantamento feito pela Secretaria do Governo mostra que há municípios, por exemplo, que receberam recursos e não utilizaram o valor. Alguns que nem chegaram a ser contemplados. E outros que receberam parte dos recursos, licitaram as obras, começaram a execução e não tiveram mais repasses desde o ano passado. Com isso, houve a recomendação do TCE e da PGE para que fosse editado um decreto governamental que normatize a situação e aponte as soluções para cada uma das situações contratuais encontradas. “Nos próximos dias, devemos ter a edição desse decreto que vai disciplinar todas es-

sas situações”, afirmou Ernesto Roller.

LEGISLATIVO

Indagado sobre a relação do governo estadual com a Assembleia Legislativa, o secretário disse que o governador e os auxiliares, de forma geral, têm tido um diálogo forte com a Casa, de forma republicana e respeitosa. “O governo tem um estilo diferente daquele que vinha acontecendo em Goiás nos últimos anos. A preocupação de todos nós é que as medidas sejam efetivadas guiadas pelo espírito público para a superação das dificuldades. Vivemos um momento de mudança muito forte na política do Estado e na estrutura do governo. O governador tem dado à Assembleia um tratamento extremamente republicano. Ele não se



Ernesto Roller: boa relação com deputados estaduais

envolve nas questões internas, não faz o patrulhamento político, porque trata a Casa de forma respeitosa, dialogando para construir resultados.”

Ernesto Roller ratificou que a base do governo na Assembleia Legislativa conta atualmente com 24 deputados, mas que há conversas avançadas para que esse número chegue a 28. “O governo não obriga ninguém a com ele concordar. O governador discute os projetos com a Assembleia, apresenta as razões. O eleitor goiano elegeu Ronaldo Caiado e 41 deputados. Todos eles fazem parte dessa responsabilidade que é a administração pública, e nós acreditamos que, naquilo que é necessário para o saneamento dos problemas do Estado, nós contaremos com o apoio dos parlamentares, como na aprovação da reforma administrativa.”

Em relação à nomeação de indicados políticos para cargos no governo, o secretário destacou que a diretriz é a avaliação técnica. “Nós estamos trabalhando para não perder a diretriz do governo, que é a da avaliação técnica como primeiro elemento. O governo, como ambiente político, também não descuida dessa área e, por isso, trata, conversa e articula com deputados estaduais e federais. Houve alguns pleitos que não puderam ser atendidos, pois os cargos já estavam ocupados, mas o ‘timing’ não foi perdido e é possível se organizar isso.”



Goinfra ainda não tem diretores nomeados em três áreas

Mais de 100 dias após o início do governo de Ronaldo Calado (DEM), os diretores de Obras Civis, Obras Rodoviárias e de Manutenção Rodoviária da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) ainda não foram nomeados. De acordo com o presidente do órgão, Enio Calado, que é primo do governador do Estado, Ronaldo Calado (DEM), mais de 30 currículos foram analisados ao longo dos últimos meses por ele e sua equipe. “Estamos em fase final, vamos decidir em curto prazo. Temos candidatos competitivos para serem nomeados”, disse o presidente. Questionado sobre a demora na decisão, Enio disse que está escolhendo “o melhor staff possível”. “Não tem da-

ta, mas como já estamos na fase final, em breve teremos os três diretores”, disse o presidente.

Em março, 50 dias depois do início do governo, o coronel Elói Bezerra de Castro deixou a diretoria de Gestão e Planejamento da agência. Na época, a assessoria do órgão informou que Elói cumpriria compromissos pessoais fora da Goinfra. Elói foi substituído pelo coronel Edson Correia da Silva.

Segundo Enio, a atual gestão encontrou a agência com mais de R\$ 250 milhões em dívidas, situação que dificultou o trabalho na recuperação das rodovias estaduais, que somam mais de 21 mil quilômetros no total. “Com a proximidade da Semana Santa, pedimos às empresas que fa-

zem as obras prioridade para os trechos que dão acesso às cidades turísticas.” Quanto às verbas, Enio diz que o governo pagará as novas intervenções à medida que elas forem realizadas. “Desta parte que estamos fazendo agora, não vamos ficar sem pagar. Em relação à dívida antiga, ainda não tem previsão”, afirma o presidente.

A qualidade do material utilizado na pavimentação de rodovias no governo passado foi alvo de críticas do governador nas redes sociais. Enio afirma que existem normas a serem seguidas. “Já notificamos empresas para refazer trechos e vamos continuar. Durante período de cinco anos elas precisam garantir a qualidade do asfalto.”